

# **DISCURSO DO SANTO PADRE FRANCISCO AOS MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA ITALIANO**

*Aula Paolo VI  
Sexta-feira, 8 de abril de 2022*

---

Ilustres Senhoras e Senhores!

Dirijo uma cordial saudação a todos vós, ao vosso Presidente, ao Senhor Presidente da República Italiana, Sergio Mattarella, ao Vice-Presidente David Ermini, ao primeiro Presidente da *Corte di Cassazione* (Tribunal Supremo) Pietro Curzio, ao Procurador Geral junto da *Corte di Cassazione* Giovanni Salvi e aos membros do Conselho Superior da Magistratura, magistrados e não magistrados.

Fostes chamados a uma missão nobre e delicada; representais o órgão de garantia da autonomia e da independência dos magistrados comuns e tendes a tarefa de exercer a jurisdição. A Constituição confia-vos uma vocação particular, que é um dom e uma tarefa porque a «justiça é administrada em nome do povo» (art. 101.º).

O povo pede justiça e a justiça precisa de verdade, de confiança, de lealdade e de pureza de intenções. No Evangelho de Lucas, no capítulo 18, conta-se que uma pobre viúva todos os dias ia ter com o juiz da sua cidade e o implorava dizendo: «Faz-me justiça» (v. 3). Escutar também hoje o grito de quem não tem voz e sofre uma injustiça ajuda-vos a transformar o poder recebido do Ordenamento Jurídico em serviço em favor da dignidade da pessoa humana e do bem comum.

De acordo com a noção tradicional, a justiça é definida como a vontade de dar a cada um segundo aquilo que lhe é devido. Todavia, ao longo da história, foram vários os modos como a administração da justiça estabeleceu “aquilo que é devido”: segundo o mérito, segundo as necessidades, segundo as capacidades, segundo a sua utilidade. Para a tradição bíblica, o devido é reconhecer a dignidade humana como sagrada e inviolável.

A arte clássica representou a justiça como uma mulher de olhos vendados que segura uma balança com os pratos em equilíbrio, querendo assim exprimir alegoricamente a igualdade, a justa proporção, a imparcialidade exigidas no exercício da justiça. Segundo a Bíblia, é necessário também, para além disso, exercer a justiça com misericórdia. Mas nenhuma reforma política da justiça pode mudar a vida de quem a exerce se, antes, não se escolhe diante da sua própria consciência “por quem”, “como” e “porquê” exercer a justiça. É uma decisão da consciência de cada um. Era isso que ensinava Santa Catarina de Sena, quando afirmava que para reformarmos algo, é necessário antes reformarmo-nos a nós próprios.

A pergunta sobre o *para quem* exercer a justiça ilumina sempre uma relação com aquele “tu”, aquele “rosto” a quem deve ser dada uma resposta: a pessoa do condenado que deve ser reabilitado, a vítima com a sua dor que deve ser acompanhada, quem discute a respeito de direitos e deveres, o agente da justiça que deve ser responsabilizado e, em

geral, cada cidadão que deve ser educado e sensibilizado. Por isto, a cultura da justiça restaurativa é o único e verdadeiro antídoto da vingança e do esquecimento, porque aponta para a recomposição dos laços que foram quebrados e permite o saneamento da terra suja pelo sangue do irmão (cfr. n. 252). Esta é a estrada que, na esteira da doutrina social da Igreja, eu quis indicar na encíclica *Fratelli tutti*, como condição para a fraternidade e a amizade social.

O ato violento e injusto de Caim, de facto, não atinge o inimigo ou o estrangeiro: é praticado contra quem tem o mesmo sangue. Caim não pode suportar o amor de Deus Pai para com Abel, o irmão com quem partilha a sua mesma vida. Como não pensar na nossa época histórica de globalização difusa, na qual a humanidade se encontra cada vez mais interligada e, no entanto, cada vez mais fragmentada numa miríade de solidões existenciais?. Esta relação que parece contraditória entre a interligação e a fragmentação: ambas juntas. Como assim? É a nossa realidade; interligados e fragmentados. A proposta da visão bíblica está no coração da sua mensagem. A imagem de uma identidade fraterna de toda a humanidade, entendida como “família humana”: uma família na qual o reconhecermo-nos irmãos é uma obra para a qual devemos trabalhar juntos e incessantemente, sabendo que é na justiça que se funda a paz.

Quando as tensões e as divergências crescem, para nos nutrirmos das raízes espirituais e antropológicas da justiça, é necessário dar um passo atrás. E depois, juntamente com os outros, dar dois passos em frente.

Assim, a pergunta histórica sobre o “*como*” se exerce a justiça passa sempre pelas reformas. O Evangelho de São João, no capítulo 15, ensina-nos a podar os ramos secos sem, porém, amputar a árvore da justiça, para contrastar assim as lutas de poder, os clientelismos, as várias formas de corrupção, a negligência, as posições de renda injustas. Esta problemática, estas situações feias, vós as conheceis bem e muitas vezes deveis lutar fortemente para que não cresçam.

O “*porquê*” exercer a justiça remete-nos, por seu turno, para o significado da virtude da justiça, que para vós se torna um hábito interior; não vestido a mudar ou um papel a conquistar, mas o próprio sentido da vossa identidade pessoal e social.

Quando Deus pede ao rei Salomão: “O que queres que eu faça por ti?”, o filho de David responde-lhe: «Concede ao teu servo um coração dócil, para que saiba fazer justiça ao teu povo e saiba distinguir o bem do mal» (*1 Re 3,9*). Bela oração! Para a Bíblia “saber fazer justiça” é a finalidade de quem quer governar com sabedoria, enquanto o discernimento é a condição para distinguir o bem do mal.

A tradição filosófica indicou a justiça como virtude cardeal por excelência, para cuja realização concorrem a prudência, quando os princípios gerais se devem aplicar às situações concretas, juntamente com a fortaleza e a temperança, que aperfeiçoam a sua obtenção. Da narração bíblica não emerge uma ideia abstrata da justiça, mas a experiência concreta de homem “justo”. O processo de Jesus é emblemático: o povo pede a condenação do justo e a libertação do malfeitor. Pilatos pergunta a si próprio: “Mas que mal fez este?”, depois, porém, lava as mãos. Quando os grandes poderes se aliam para se auto-conservarem, o justo paga por todos.

São a credibilidade do testemunho, o amor pela justiça, a autoridade, a independência dos outros poderes constituídos e um leal pluralismo de posições os antídotos para não permitir que prevaleçam as influências políticas, as ineficiências e as várias desonestidades. Governar a Magistratura segundo as virtudes significa voltar a ser salvaguarda e síntese alta do exercício ao qual sois chamados.

Que o Beato Rosario Livatino, o primeiro magistrado Beato da história da Igreja, seja para vós ajuda e conforto. Na dialética entre rigor e coerência, por um lado, e humanidade, por outro lado, ele tinha delineado a sua ideia de serviço na Magistratura pensando em mulheres e homens capazes de caminhar com a história e na sociedade no interior da qual não apenas os juízes, mas todos os atores do pacto social, são chamados a desempenhar a sua obra segundo a justiça. «Quando morrermos - são palavra de Rosario Livatino . ninguém nos há de perguntar a medida em que fomos crentes, mas a medida em que fomos credíveis». Rosario Livatino foi assassinado quando tinha apenas trinta e oito anos, deixando-nos a força do seu testemunho credível, mas também a clareza de uma ideia da Magistratura para a qual apontar.

A justiça deve acompanhar sempre a busca da paz, a qual pressupõe verdade e liberdade. Que não se apaguem em vós, ilustres Senhoras e Senhores, o sentido da justiça alimentado pela solidariedade para com aqueles que são as vítimas da injustiça e alimentado pelo desejo de ver realizado um reino de justiça e de paz.

Que o Senhor vos abençoe a todos, o vosso trabalho e as vossas famílias. Obrigado.

[Tradução pela AJC / Pedro Vaz Patto, a 9 de abril de 2022]